

Política Lingüística na e para além da Educação Formal

Gilvan Müller de Oliveira¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

I POL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística

Rua Lauro Linhares, 2123 – Torre A – Sala 713 / CEP 88036-002 – Trindade – Florianópolis/SC – Brasil

Fone/Fax +55 48 234 – 8056 - Correio eletrônico: ipol@ipol.org.br / Página: www.ipol.org.br

gilvan@ipol.org.br

Segundo o sociolingüista Louis-Jean Calvet (1999), não são os homens que existem para servir às línguas, mas são as línguas que existem para servir aos homens. Decorre dessa perspectiva, na minha percepção, que o trabalho do lingüista não pode ter como foco a língua ou mesmo as línguas, mas sim os falantes das línguas, ao mesmo tempo indivíduos e comunidades lingüísticas, porque línguas são fenômenos individuais e coletivos ao mesmo tempo.

Isso condiz com a definição de lingüística que Calvet nos apresenta em seu livro ‘Sociolingüística – Uma introdução crítica’, recentemente traduzido para o português: ‘Lingüística é o estudo das comunidades humanas através da língua ou das línguas’. Como estas comunidades lingüísticas não se encontram sozinhas no mundo, muito mais ‘das línguas do que ‘da língua’. Basta lembrar que 94% dos países do mundo, inclusive o Brasil, são plurilíngües.

Política Lingüística, no entanto, para além do aspecto compreendido na definição anterior como ‘*estudo*’, implica para todos os autores que trataram do assunto em várias latitudes – Fishman, Kloss, Haugen, Marcellesi, Kremnitz, Coulmas, Vallverdú, Hamel, Born, Varela, Bein, entre tantos outros, também em ‘*intervenção*’, sendo esse aspecto chamado por nomes diversos, mas mais frequentemente de *Planificação Lingüística*, isto é, a colocação em prática de políticas lingüísticas.

Durante muito tempo vista como uma prerrogativa exclusiva do Estado, sabemos hoje que *planificação lingüística* pode ser ação de uma gama muito mais variada de agentes sociais e/ou agentes da sociedade civil, mormente para línguas que não foram açambarcadas pelo poder de um Estado Central – as chamadas línguas oficiais, que constituem um grupo muito pequeno e muito específico de línguas dentro do conjunto de quase 7.000 idiomas falados no mundo.

‘Intervenção’ significa, na posição com que temos trabalhado, estabelecer *parcerias* com as comunidades falantes das línguas brasileiras, isto é, as línguas faladas pelos cidadãos brasileiros: escutar essas comunidades, suas demandas culturais e lingüísticas, colocando-se a serviço dos seus planos de futuro; qualificar suas demandas a partir de uma relação dialógica, e disponibilizar os meios técnicos a nosso alcance para a consecução dos seus objetivos. ‘*Intervenção*’ significa então: trabalho conjunto com as comunidades lingüísticas que conformam o país. Pressupostos para este trabalho são:

- 1) A unidade de trabalho é a comunidade lingüística;
- 2) O Brasil é formado por muitas comunidades lingüísticas;

- 3) Cada comunidade lingüística tem sua própria forma de organização e seus métodos e tradições políticas;
- 4) É possível atuar no sentido de que as línguas destas comunidades lingüísticas estejam aqui no futuro.

Para dar uma base institucional para essa forma de trabalho – pesquisa e intervenção, pesquisa para a intervenção, pesquisa-ação – criamos em 1999 o IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística, com sede em Florianópolis. É um instituto independente, não vinculado a nenhuma universidade, sem fins lucrativos, formado na base de uma associação de profissionais de diversas áreas do conhecimento que compartilham a visão de que o Brasil é e deve continuar sendo um país plurilíngüe, e que as diversas comunidades lingüísticas que integram a cidadania brasileira têm direito a manter suas línguas, culturas e nacionalidades, em conformidade com o que reza a **Declaração Universal do Direitos Lingüísticos**ⁱⁱ. O IPOL busca portanto identificar e colocar-se a serviço das comunidades lingüísticas que formam o Brasil, oferecendo assessoria técnica às suas demandas políticas. Financia-se por projetos variados e concomitantes com secretarias de educação, movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades governamentais de diversos tipos, isto é, por canais que escapam ao financiamento tradicional da pesquisa lingüística brasileira, acoplada a órgão de fomento como CAPES, CNPq, FAPESP e análogas.

O IPOL nasceu para obtermos agilidade neste diálogo com as comunidades lingüísticas e seus representantes. A estrutura rígida e disciplinar – departamental – da universidade, acoplada ao enquadramento do trabalho acadêmico realizado pelos órgãos controladores da universidade, e que definem o que é trabalho e o que não é, o que conta pontos e o que não conta, impõe um *modus operandi* e um ritmo que não são os fazeres e os calendários dos falantes das línguas minoritárias.

Mais grave do que os impedimentos citados, no entanto, são práticas freqüentemente encontradas no nosso meio, predominantes, e que podemos chamar de ‘acadêmicas’, envolvendo a concepção de que as pessoas existem como informantes das nossas pesquisas ou ‘objetos’ da nossa pesquisa, práticas estas analisada por Pierre Bourdieu na sua obra seminal *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1975).

Morello (2004)ⁱⁱⁱ chamou a isto de ‘Política da Distração’: enquanto nos distraímos com as regras de publicação, cursos e congressos, credenciamentos e avaliações, provões e concursos, defesas e Geds, Rids e vários outros formulários, a História passa lá fora, e deixamos de fazer aquilo a que viemos. Perdemos o bonde, para nos tornarmos irrelevantes nessa sociedade da qual vivemos, fato que se manifesta na ausência dos lingüistas, como classe profissional, do debate nacional em políticas públicas.

Decorreu daí a necessidade de tentar construir uma instituição que possa atacar os problemas da perspectiva dos parceiros – as comunidades lingüísticas – na sua linguagem, no seu tempo, no seu formato. Avalio que foi um ganho poder identificar essa dificuldade e partir para a construção de um formato institucional de trabalho específico para as tarefas de desenvolvimento da diversidade lingüística brasileira. Como organizamos no IPOL, então, a relação entre Política Lingüística e Educação ou Ensino, tema desta mesa?

Em primeiro lugar, precisamos dizer que no Brasil, ‘política lingüística’ – conceito que aqui só já entrado o século XXI passou a estar mais presente no debate – está muito ligado à educação formal. O mais comum é pensar esta idéia em conjunção com a escola. Os indígenas, por exemplo, têm direito, segundo os artigos 210 e 231 da Constituição Federal de 1988, ao reconhecimento das suas línguas e culturas...na escola – têm direito a escolas bilíngües – mas nada se fala sobre atendimento de saúde em línguas indígenas, ou sobre atendimento nas instâncias públicas em línguas indígenas, como seria imaginável.

Sabidamente, no entanto, as escolas costumam ser o túmulo das línguas. São instituições com resultados medíocres em ensino e aprendizado de língua, em comparação com as situações de inserção/imersão nas suas diversas modalidades. As práticas sociais existentes na sociedade são professoras muito mais competentes. Manter o foco de atenção exclusivamente na escola para a elaboração e execução de políticas lingüísticas e confiar exclusiva ou prioritariamente nelas para manter e desenvolver a *vida das línguas* é abrir mão de obter resultados concretos na reverção, por exemplo, de uma tendência à perda lingüística, ou no aproveitamento de usos concretos da língua em questão na sociedade que podem ser potencializados – planejados – para obtenção de melhores índices de proficiência para grupos específicos. Em conjunção com estes fatores de funcionamento das línguas em diversas instâncias extra-escolares é que o ensino pode dar o melhor de si.

Einar Haugen generalizou a oposição conceitual entre *Planificação do Corpus*, isto é, da forma da língua e *Planificação do Status*, isto é, do lugar que esta língua ocupa numa rede de relações societárias. Planificar o *Status* de uma língua implica em estabelecer medidas para que esta língua tenha um lugar determinado numa dada sociedade, em conformidade com as aspirações da comunidade falante, conceito para o qual os catalães cunharam o termo ‘Normalização Lingüística’. Assumimos, no trabalho que realizamos, que há, no Brasil, insuficiente planificação do status das línguas de modo que as práticas sociais possam cooperar com os esforços feitos pela educação formal. Trata-se, pois, de aproveitar melhor as oportunidades possíveis da *existência das línguas* no território brasileiro para chegar a melhores resultados na aquisição de proficiência via escola.

Apresento aqui rapidamente dois projetos do IPOL, numa tentativa de mostrar os vínculos entre o ensino, a educação formal e sua exterioridade, cuja relação não deveria ficar irrefletida para quem atua em política lingüística e no ensino das línguas.

1º Projeto

Oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas

Na região mais plurilíngüe do Brasil e talvez das Américas, o Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, onde são faladas 22 línguas de quatro troncos lingüísticos diferentes (Aruak, Maku, Tukano Oriental e Tupi), , atuamos desde 1998 em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), a Prefeitura Municipal e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Neste município cerca de 90% da população é indígena.

Atuamos como docentes em um curso de formação de docentes indígenas com cinco anos de duração que formou 165 professores falantes de 11 línguas diferentes. Deste curso, cujo encaminhamento possibilitou aos professores falantes destas línguas discutirem,

entre outras coisas, o lugar das suas línguas na sociedade local, surgiu a idéia de elaborar uma lei para, através da aprovação da câmara dos vereadores, oficializar as três grandes línguas veiculares do município, o Nheengatu, ou Língua Geral Amazônica, que outrora dominou toda a Amazônia brasileira e hoje é falada quase que exclusivamente no Alto Rio Negro, o Tukano, língua dominante na Bacia do Rio Vaupés, da família Tukano Oriental, e o Baniwa, importante língua Aruak que domina a bacia do Rio Içana.

A idéia foi levada a uma assembléia geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) com cerca de 500 delegados das 42 organizações de base que a integram, e foi aprovado, no início de 2001, um pedido da FOIRN ao IPOL para a elaboração do ante-projeto de lei e sua justificativa. Incorporamos à nossa equipe um advogado especialista em elaboração de legislação municipal, Márcio Rovere Sandoval, e o ante-projeto foi discutido, aperfeiçoado, e encaminhado para a câmara pelo vereador Camico Baniwa. Foi aprovado por unanimidade em dezembro de 2002, fazendo de São Gabriel da Cachoeira o único dos 5.507 municípios brasileiros a ter, além do português, língua oficial da União, também línguas co-oficiais municipais. Como são, pelos nossos cálculos, pelo menos 11 municípios de maioria populacional indígena no Brasil e muitos de maioria falante de japonês, alemão, italiano ou outras línguas de imigração, abre-se com esta jurisprudência a possibilidade de construirmos oficialmente um quadro de bilingüismo estável para o Brasil, na medida em que a visibilidade dos futuros ‘municípios bilíngües’ será um importante estímulo para frear a tendência à perda lingüística das línguas minorizadas brasileiras.

Não vou explorar neste texto as relações entre a oficialização das línguas e o ensino das línguas indígenas nas escolas, mesmo urbanas, que isto implica, isto é, as possibilidades que se abrem para pensar o ensino das línguas indígenas nesse novo contexto. Obviamente, entretanto, a idéia da lei partiu da escola – curso de formação de professores – para a sociedade, e retorna da sociedade para a escola, na medida em que uma medida de planificação do status desta envergadura legítima práticas docentes antes deslegitimadas. O teor da lei é o seguinte:

LEI Nº 145 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a co-oficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira / Estado do Amazonas.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira / AM

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira / Estado do Amazonas decretou a seguinte

LEI:

Art. 1º . A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira / Estado do Amazonas, passa a ter como línguas co-oficiais o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa.

Art.2º .O status de língua co-oficial concedido por esse objeto obriga o município:

§ 1º . A prestar os serviços básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito;

§ 2º A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e nas três línguas co-oficiais;

§ 3º . A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicação.

Art. 3º . São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co-oficiais.

Art. 4º . Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co-oficial que use.

Art. 5º . As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, segundo o *caput* do artigo anterior, sob pena da lei.

Art. 6º . O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual.

Art. 7º . Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º . Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira / Estado do Amazonas, em 11 de dezembro de 2002.

DIEGO MOTA SALES DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

Estará em observação, nos próximos tempos, a forma pela qual este ato de planificação do status das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa influiu na manutenção das línguas e na alteração das relações entre seus falantes.

2º Projeto

Rede de projetos para uma política do bilingüismo alemão-português em Blumenau

4.000 km mais ao sul, começamos a atuar em julho de 2002 no que foi a maior área de colonização alemã das Américas, o Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina. Lá os falantes de alemão e outras línguas alóctones sofreram forte repressão durante grande parte do século XX, mas sobretudo a partir de 1937, no chamado Estado Novo de Getúlio Vargas (Oliveira, 2000).

Neste caso o IPOL foi chamado pelos professores de língua alemã da rede municipal de ensino, que viam o alemão ter, de ano para ano, cada vez menos alunos, cada vez menos professores e ser ensinado em cada vez menos escolas porque concorria diretamente com o inglês de 5ª a 8ª séries, isto é, porque o aluno tinha que optar entre o inglês e o alemão porque deveria estudar somente uma das duas línguas. Sabidamente, entretanto, nenhuma língua pode concorrer com o inglês no ‘mercado das línguas’ (Calvet, 2002) neste início do século XXI, pelo papel quase monopolístico do inglês na produção da ciência e como língua de comunicação internacional^{IV}.

Trabalhamos com a perspectivas de que a questão só poderia ser equacionada quando se elaborasse uma política lingüística municipal que desse lugar à língua alemã e firmasse uma política de promoção dos falantes. Em quatro meses de trabalho, o IPOL elaborou de forma participativa, ouvindo os professores de alemão, uma rede de seis projetos complementares entre si, dos quais apresento rapidamente apenas três:

Projeto Plures

O aluno da rede municipal de ensino deixou de ter que optar por inglês ou alemão no ensino fundamental e as duas línguas passaram a ser obrigatórias. Implantado já em seis das 40 escolas da rede, isso fez o número de alunos de língua alemã aumentar de 960 em 2003 para 2.251 em 2004. O sistema se expandirá ano a ano até atingir a todas as escolas. O motivo pelo qual o trabalho não foi iniciado em mais escolas relaciona-se com o fato de não há professores de alemão suficientes para suprir a demanda.

Nas escolas do Projeto Plures, além disso, deixam de existir as disciplinas ‘inglês’, ‘português’ e ‘alemão’ e as oito horas semanais são destinadas a uma nova disciplina chamada ‘Educação Lingüística’, lecionada por três profissionais com formações diferentes, mas que planejam de forma conjunta, aproveitando o que se chama de ‘transferência cognitiva’ de uma língua para outra. Cria-se, desta maneira, naturalidade quanto à presença e à utilização de várias línguas, no espírito de uma educação para o pluralismo lingüístico

Projeto Escolas Bilingües

Há 11 pequenas escolas rurais multisseriadas municipais que recebem crianças ainda falantes de alemão e, uma delas, falantes de polonês. Dada à ruralização do alemão, ocorrido após o período de repressão lingüística, é na zona rural que se concentram hoje a maioria das crianças falantes nativas de alemão (e outras línguas alóctones). Estas escolas foram transformadas *de facto*^v em escolas bilíngües.

Há dois grupos de escolas: no primeiro professores e alunos são monolíngües em português e, após um período de sensibilização dos alunos, professores e comunidade com iniciativas de valorização da língua minoritária^{vi} foi contratado um professor de língua alemã para trabalhar um dia por semana com e em alemão. No segundo grupo de escolas, professores e alunos falam, em sua maioria, o alemão, além do português, e isso permite ações mais estritamente bilíngües, em que metade do tempo, por exemplo, como na Escola Erich Klabunde, e em várias ocasiões da vida social da escola, por exemplo a merenda, se usa o alemão e na outra metade do tempo o português. É interessante notar que as professoras que falam o alemão não escrevem esta língua, mas somente o português, porque fez parte da política de repressão do Estado brasileiro, desconectar a língua da sua tradição escrita, de modo que o alemão é hoje uma língua ágrafa, e seus falantes são letrados em outra língua, a oficial do Brasil. Desse modo, por enquanto, todas as atividades de aprendizado em alemão se processam na oralidade, ficando para um momento posterior o início do letramento.

O objetivo das escolas bilíngües é que as crianças que sabem alemão ou polonês não percam suas línguas, mas que a escola as ajude a mantê-la e desenvolver seus usos. Além disso, que haja todos os anos uma ‘*reserva bilíngüe*’ de crianças que ingressem na 5ª série, ajudando a revitalizar e dar realidade de uso para o ensino de alemão de 5ª a 8ª séries, e que atinge uma maioria esmagadora de crianças que não fala o alemão.

Trata-se de um sub-sistema escolar muito pequeno, em que estudam apenas cerca de 380 crianças., mas é um foco importante para a manutenção das práticas lingüísticas e de revalorização das comunidades, que saudaram uma iniciativa inédita na região – a reintrodução do bilingüismo num sistema escolar de que ele estava ausente desde a ‘Campanha de Nacionalização do Ensino’ iniciada em 1937(Fiori, 2003).

Projeto COLINA – Conselho da Língua Alemã

No dia 25 de julho de 2004, em que se comemoravam os 180 anos da imigração alemã para o Brasil, foi entregue pelo prefeito municipal de Blumenau à Câmara de Vereadores o projeto para a criação de um conselho municipal de 20 membros, paritário entre poder público e sociedade civil, consultivo e deliberativo, para a administração do futuro bilingüismo português-alemão no município.

Funcionando na lógica dos conselhos municipais (como o da merenda escolar, por exemplo), e adjunto à Secretaria Municipal de Educação, o Conselho será o órgão político de coordenação da ‘normalização lingüística’ no município, valorizando a herança lingüística e vendo a língua alemã como um patrimônio que não deve ser perdido, de modo que todos os cidadãos, e não apenas os descendentes de alemães, possam aprendê-la e usá-la paralelamente ao português, processo para o qual cunhamos o termo ‘*des-etnização lingüística*’. Isto significa que a língua alemã passa a ser vista como a língua de um território, o do município, e não de uma etnia, a teuto-brasileira, processo importante para eliminar qualquer resquício da inserção da língua no velho discurso do racismo.

Defendi em um texto apresentado no II. Seminário Interamericano sobre Gestão de Línguas ocorrido em Assunção em junho de 2003 (Oliveira, 2003) que o Estado Nacional é um mau administrador da pluralidade lingüística e cultural, simplesmente porque é, por definição, o constructo histórico da homogeneização e da unidade. Os Estados-Nação foram os maiores alçozes das línguas; foi por causa sobretudo dos Estados-Nação que uma imensa quantidade de comunidades lingüísticas foram obrigadas a abandonar suas línguas nos últimos 300 anos, quando esta forma de organização societária passou a prevalecer no mundo. A pluralidade lingüística, portanto, e resumindo muito a argumentação, só pode ser administrada em instâncias aquém ou além do Estado-Nação.

Isto ajuda a entender que os parceiros do IPOL são sobretudo municípios: eles são o Estado, no sentido de representarem os cidadãos, mas estão próximos deles, podem sentir e visualizar suas demandas culturais e lingüísticas. Nossa prática tem sido, portanto, a de ajudar os municípios a realizarem o que os cidadãos falantes de línguas minoritárias no Brasil esperam do Estado, e o que o Estado deve a eles, seja porque o Estado existe para servir a sociedade que o sustenta, seja como reparação pela violência desencadeada desde sempre contra os cidadãos brasileiros falantes de outras línguas que não o português. O meio para isso são sobretudo projetos financiados por verbas destinadas para as várias rubricas da educação formal, mas sempre ultrapassando as paredes da escola e se realizando, na prática, em instâncias fora da escola, para que a escola e o ensino possam ter, na sociedade que a cerca, um contraponto e uma referência para seu próprio fazer. E para que, acima de tudo, as comunidades lingüísticas do Brasil possam ver seus filhos continuando a falar sua língua sem medo nem vergonha.

Notas:

-
- ⁱ São línguas brasileiras, nesta concepção, todas as línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros no território brasileiro. Seu conjunto é o conjunto das Línguas do Brasil e elas são integrantes do Patrimônio Lingüístico Brasileiro.
 - ⁱⁱ A DUDL foi recentemente publicada no Brasil em parceria entre a Editora Mercado de Letras, a Associação de Leitura no Brasil e o IPOL.
 - ⁱⁱⁱ Rosângela Morello (2004), comunicação pessoal.

-
- ^{iv} Iniciou-se recentemente um grande projeto latino-americano sobre o papel do espanhol e do português na produção internacional da ciência, coordenado pelo Prof. Rainer Enrique Hamel, e cuja equipe brasileira se articula através do IPOL. Vide ‘El español como lengua de las ciencias frente a la globalización del inglés – Diagnóstico y propuesta de acción para una política latinoamericana del lenguaje de las ciencias (R. E. Hamel, Universidad Autónoma Metropolitana, México, D.F.)
- ^v Depois de um ano e meio de capacitação docente – um encontro mensal de oito horas de trabalho – mais acompanhamento de uma pessoa responsável da Secretaria Municipal de Educação, nos encontramos em vias de formalizar o projeto político-pedagógico das escolas bilíngües para seu reconhecimento pelo Conselho Municipal de Educação. Será sua transformação em escolas bilíngües ‘*de jure*’.
- ^{vi} Essas atividades estavam e estão ligadas às visitas periódicas realizadas pela coordenadora local do programa, Profa. Valéria Mailer, com leituras de histórias em alemão e com identificação de pais ou avós falantes que possam vir à escola para conversar com as crianças em alemão. Em alguns casos, crianças falantes de alemão foram estimuladas a ensinarem o que sabem aos seus colegas, na ausência de professores conhecedores do idioma alemão.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- CALVET, Louis-Jean . La guerre des langues et le politiques linguistiques, Paris, Hachette Littératures, 1999.
- _____. Sociolingüística – Uma introdução Crítica. São Paulo, Editora Parábola, 2002.
- _____. Le marché aux langues – Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris, Plon, 2002.
- FIORI, Neide Almeida. Etnia e Educação – A escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis / Tubarão, Editora da UFSC e Editora da UNISUL, 2003.
- HAUGEN, Einar. “The implementation of corpus planning: Theory and practice”. In: Cobarrubias e Fishmann, Progressing Language Planning, International Perspectives, Mouton, 1983.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. “Brasileiro fala português ou Monolingüismo e preconceito lingüístico”. In SILVA, Fábio Lopes da e MOURA, Heronides Maurílio de Melo. O Direito à Fala: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis, Editora Insular, 2002, 2ª edição.
- _____. “As línguas minoritárias e a gestão descentralizada de políticas lingüísticas: reflexões sobre o caso brasileiro”. II Seminário Interamericano sobre Gestão das Línguas, Assunção, Paraguai, 2003. Disponível em www.ipol.org.br .